PARECER PRÉVIO TC-005/2016 – PRIMEIRA CÂMARA

PROCESSO - TC-2804/2014
JURISDICIONADO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
ASSUNTO - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - PREFEITO
RESPONSÁVEL - CLAUMIR ANTÔNIO ZAMPROGNO

EMENTA

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - EXERCÍCIO DE 2013 – 1)
PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO COM RESSALVA – 2)
DETERMINAÇÃO – 3) ARQUIVAR.**

O EXMO. SR. CONSELHEIRO EM SUBSTITUIÇÃO MARCO ANTONIO DA SILVA:

Cuidam os presentes autos da Prestação de Contas Anual do Município de Santa Teresa, referente ao exercício de 2013, de responsabilidade do senhor Claumir Antônio Zamprogno, então Prefeito Municipal.

Após diligências necessárias realizadas, com base nos fatos narrados na Instrução Contábil Conclusiva – ICC nº 291/2015, o Núcleo de Estudos Técnicos e Análises Conclusivas – NEC, através da Instrução Técnica Conclusiva - ITC nº 5381/2015, de fl. 151, opinou no sentido de que se emita **PARECER PRÉVIO** dirigido à Câmara Municipal de Santa Teresa, recomendando a **APROVAÇÃO** das contas em apreço.

O Ministério Público Especial de Contas, através do Procurador, Dr. Luciano Vieira, nos termos da MMPC nº 534/2015, de fls. 153/154, divergindo da área técnica, pugnou pela **APROVAÇÃO COM RESSALVA** das contas em apreço, com expedição de determinações ao Executivo Municipal.

Assim, vieram os autos a este magistrado de Contas para emissão de relatório e voto para efeito de deliberação da 1ª Câmara desta Corte de Contas deste Egrégio Tribunal de Contas, nos termos do art. 29 do Regimento Interno, Resolução TC nº 261/2013.

É o sucinto relatório.

V O T O

Da análise dos autos, verifico que a área técnica opinou pela regularidade das contas em apreço, enquanto que o Ministério Público Especial de Contas opinou pela regularidade com ressalva e expedição de determinações.

Desse modo, transcreve-se o posicionamento do Núcleo de Estudos Técnicos e Análises Conclusivas – NEC, através da Instrução Técnica Conclusiva - ITC nº 5381/2015, *verbis*:

[...]

O Núcleo de Estudos Técnicos e Análises Conclusivas - NEC, considerando a completude apresentada na análise meritória da Instrução Contábil Conclusiva ICC nº 291/2015, que preenche, portanto, os requisitos estabelecidos no artigo 319 do RITCEES, e com o fito de se privilegiar a celeridade processual, manifesta-se pelo julgamento do presente feito nos moldes ali sugeridos, anuindo-se aos argumentos fáticos e jurídicos descritos na referida peça técnica, que nestes termos se pronunciou:

IV. CONCLUSÃO

Face o todo exposto e, considerando o disposto no artigo 80, inciso I, da Lei Complementar nº 621/2012, **sugerimos no sentido de que este Egrégio Tribunal de Contas, emita PARECER PRÉVIO dirigido à Câmara Municipal de Santa Teresa, recomendando a APROVAÇÃO das contas do Senhor Claumir Antônio Zamprogno, Prefeito Municipal no exercício de 2013.** – grifei e negritei

Por sua vez, o douto representante do *Parquet* de Contas divergiu do entendimento da área técnica e assim se manifestou, *litteris*:

[...]

Em princípio, compulsando os autos, denota-se do Relatório Técnico Contábil – RTC nº 329/2015 que o município de Santa Teresa, no exercício em análise, aplicou 67,40% (sessenta e sete vírgula quarenta pontos percentuais) das transferências de recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica e fundamental, cumprindo, assim, com a determinação do art. 60, inciso XII, da ADCT e art. 22, “*caput*”, da Lei nº 11.494/2007; 29,43% (vinte e nove vírgula quarenta e três pontos percentuais) das receitas de impostos e transferências constitucionais na manutenção e desenvolvimento do ensino, em atenção aos artigos 212, “*caput*”, da

CF/88; 18,55% (dezoito vírgula cinquenta e cinco pontos percentuais) de despesas próprias em ações e serviços públicos de saúde, atendendo, portanto, o disposto no artigo 77, inciso III, do ADCT.

Outrossim, em consonância com as normas de gestão fiscal, o jurisdicionado cumpriu os limites estabelecidos em lei referentes às despesas com pessoal (arts. 19, inciso III; 20, inciso III, “b”; e 22, parágrafo único, da LRF); havendo registro de que não houve contratação de operação de crédito e de que não foram concedidas garantias (art. 167, inciso III da CF; arts. 35; 40, § 1º; e 55, inciso I, alínea “c”, da LRF; Lei Federal nº 4.595/1964; arts. 7º, inciso I, 10 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001); e resta evidenciado, ainda, que não houve registro de dívida consolidada líquida (art. 59, inciso IV, da LRF).

Entretanto, restou apurado repasse de duodécimo à Câmara Municipal em valor excedente ao limite constitucional em descumprimento ao limite estabelecido no inciso I do art. 29-A da Constituição Federal.

Após análise das justificativas e documentos apresentados pelo responsável, a 4ª Secretaria de Controle Externo “*considerando que houve significativa devolução de recursos por parte do Legislativo; considerando que já foram as partes cientificadas da impossibilidade de se repassar recursos outros que não o duodécimo constitucional; considerando que não houve prejuízo ao erário*”, opinou pelo afastamento da irregularidade em apreço, conforme Instrução Contábil Conclusiva – ICC nº 291/2015.

É cediço que o repasse de duodécimos ao Legislativo Municipal deverá ser feito até o dia vinte de cada mês, sendo o seu valor calculado em percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no artigo 153, § 5º, 158 e 159, da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior. Seu descumprimento, no âmbito dessa Corte de Contas, enseja a emissão de parecer prévio desfavorável à aprovação das contas, nos termos do art. 80, III, da LC nº 621/13.

No entanto, restou observada a devolução, pelo Poder Legislativo, dos recursos repassados indevidamente, fato que não tem o condão de afastar a incidência da irregularidade apurada, como defendido pela Unidade Técnica, mas apenas de atenuar as consequências do ato, não conduzindo, portanto, à rejeição das contas; mas, ressalta-se, deve ser objeto de ressalva, nos exatos termos legais.

Ante o exposto, **pugna o Ministério Público de Contas:**

1 – seja emitido parecer prévio recomendando-se ao Legislativo Municipal a APROVAÇÃO COM RESSALVA das contas do EXECUTIVO MUNICIPAL DE SANTA TERESA, referente ao exercício de 2013, na forma do art. 80, inciso II da LC nº 621/12 c/c art. 71, inciso II, da Constituição Estadual;

2 – com fulcro no art. 86 da LC nº 621/12 sejam expedidas as seguintes determinações ao Poder Executivo Municipal:

2.1 – que proceda ao repasse de duodécimo à Câmara Municipal nos estritos limites constitucionais, em atenção ao dispositivo do inciso I do art. 29-A da Constituição Federal; e,

2.2 – que divulgue amplamente, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, a prestação de contas relativa ao exercício financeiro em questão e o respectivo parecer prévio, na forma do art. 48 da LRF. – grifei e negritei

Assim sendo, verifico que o valor do repasse do duodécimo à Câmara Municipal excedeu ao limite constitucional, contudo, restou observada a devolução, pelo Poder Legislativo, dos recursos repassados indevidamente, fato que não tem o condão de afastar a incidência da irregularidade apurada, apenas atenuar as consequências do ato, não conduzindo, portanto, à rejeição das contas, mas devendo ser objeto de ressalva.

Ocorre que a Lei Complementar nº 621/2012, estabelece o seguinte, *litteris*:

Art. 80. A emissão do parecer prévio poderá ser:

[...]

II - pela aprovação das contas com ressalva, quando ficar caracterizada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, da qual não resulte dano ao erário, sendo que eventuais determinações serão objeto de monitoramento pelo Tribunal de Contas; [...] – grifei e negritei

Deste modo, entendo que mesmo tendo ocorrido significativa devolução de recursos por parte do Legislativo, considerando que já foram as partes científicas da impossibilidade de se repassar recursos outros que não o duodécimo constitucional, considerando que não houve prejuízo ao erário, o descumprimento das normas previstas para o repasse do duodécimo ao Legislativo Municipal enseja parecer prévio favorável à aprovação das contas, com a devida ressalva e expedição de determinação.

Assim, adoto como razão de decidir o opinamento do Ministério Público Especial de Contas, através da MMPC nº 534/2015, quanto à aprovação das contas em apreço com ressalvas e determinações.

Por todo o exposto, divirjo do entendimento da área técnica e acompanho o posicionamento do Ministério Público Especial de Contas *in totum* e, por conseguinte, **VOTO** no sentido de que o Colegiado da 1ª Câmara deste Egrégio Tribunal de Contas emita **PARECER PRÉVIO** dirigido à Câmara Municipal de Santa Teresa, recomendando a **APROVAÇÃO COM RESSALVA** da Prestação de Contas Anual do Município de Santa Teresa, referente ao exercício de 2013, de responsabilidade do senhor **Claumir Antônio Zamprogno**, Prefeito Municipal.

VOTO, ainda, no sentido de que seja expedida **DETERMINAÇÃO** ao atual Prefeito de Santa Teresa para que proceda ao repasse do duodécimo à Câmara Municipal nos estritos limites constitucionais, em atenção ao dispositivo do inciso I do art. 29-A da Constituição Federal de 1988, bem como divulgue amplamente, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, da prestação de contas anual, relativa ao exercício de 2013, nos termos do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

VOTO, por fim, no sentido de que, promovidas as comunicações devidas, cumpridas as formalidades legais, especialmente as previstas no artigo 131 da Resolução TC nº 261/2013, **sejam os presentes autos arquivados.**

É como voto.

PARECER PRÉVIO

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC-2804/2014, **RESOLVEM** os Srs. Conselheiros da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em sessão realizada no dia três de fevereiro de dois mil e dezesseis, à unanimidade, nos termos do voto do Relator, Conselheiro em substituição Marco Antonio da Silva:

1. Recomendar ao Legislativo Municipal a aprovação com ressalva da Prestação de Contas Anual do Município de Santa Teresa, referente ao exercício de

2013, de responsabilidade do senhor Claumir Antônio Zamprogo, Prefeito Municipal;

2. Determinar ao atual Prefeito de Santa Teresa para que proceda ao repasse do duodécimo à Câmara Municipal nos estritos limites constitucionais, em atenção ao dispositivo do inciso I do art. 29-A da Constituição Federal de 1988, bem como divulgue amplamente, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, da prestação de contas anual, relativa ao exercício de 2013, nos termos do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF;

3. Arquivar os presentes autos, após o trânsito em julgado.

Composição

Reuniram-se na Primeira Câmara para apreciação o Senhor Conselheiro Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun, no exercício da Presidência, o Conselheiro em substituição Marco Antonio da Silva, Relator, e a Conselheira Convocada Márcia Jaccoud Freitas. Presente, ainda, o Dr. Heron Carlos Gomes de Oliveira, Procurador Especial de Contas em substituição ao Procurador-Geral do Ministério Público Especial de Contas.

Sala das Sessões, 03 de fevereiro de 2016.

CONSELHEIRO RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN

No exercício da Presidência

CONSELHEIRO EM SUBSTITUIÇÃO MARCO ANTONIO DA SILVA

Relator

CONSELHEIRA MÁRCIA JACCOUD FREITAS

Convocada

Fui presente:

DR. HERON CARLOS GOMES DE OLIVEIRA

Procurador Especial de Contas em substituição ao Procurador-Geral

Lido na sessão do dia:

EDUARDO GIVAGO COELHO MACHADO

Secretário Adjunto das Sessões